

Expulsão do Mellon Bank é episódio isolado

Arquivo — 27/1/85

A recente decisão do Banco Central de expulsar do país o Mellon Bank, um banco regional dos Estados Unidos que não teria colaborado na renegociação da dívida externa brasileira, constitui um episódio isolado, sem importância estratégica no complexo jogo de interesses entre o governo brasileiro e o capital estrangeiro. Partilham da opinião de que não houve endurecimento, o presidente da Câmara Americana de Comércio, Ronaldo Veirano, o diretor do Instituto de Relações Internacionais da PUC carioca, Luiz Gonzaga de Souza Lima, e o sócio da firma de auditoria e consultoria Price Waterhouse Luiz Carlos Simões.

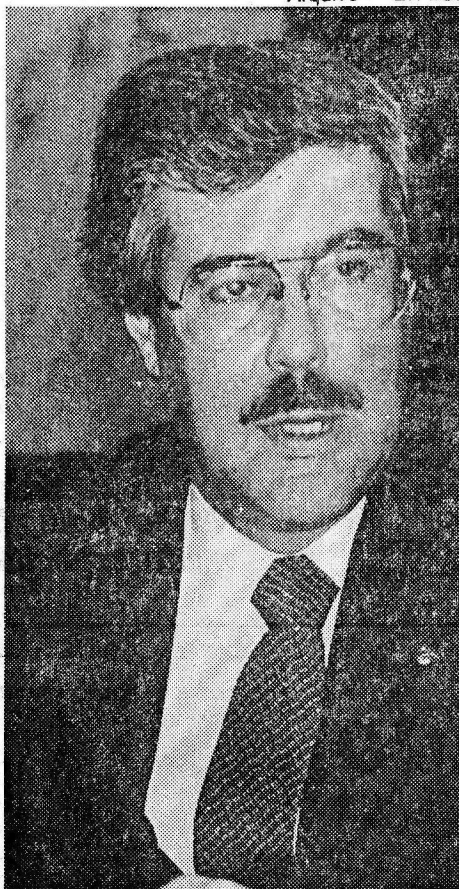
O quadro não permaneceu estático. Ao contrário. Souza Lima afirma que a Nova República sofre uma "inclinação conservadora" que reduziu seu poder de barganha no *front* externo a ponto de hoje um acordo com os credores ser ruim para o país. Veirano sente as mudanças em outra direção, com as relações caminhando, após a batalha da Informática, para uma acomodação satisfatória para as partes. Simões espera que Brasília emita sinais conciliatórios, como uma interpretação menos casuística da Lei de Remessa de Lucros, para que 1987 não repita o ano anterior, caracterizado por poucos investimentos estrangeiros e fuga de capitais.

"Revoada" de dólares

Veirano, sócio do escritório de advogados Stroeter, Trench e Veirano, concorda com a análise de Simões de que houve paralisação de novos capitais e enorme atividade no repatriamento de investimentos.

Além das dificuldades registradas no Brasil, ele aponta duas razões que ajudam a explicar a *revoada* de dólares para o exterior: os problemas na matriz e a nova política tributária dos Estados Unidos (que favorece investimentos naquele país e pune no exterior). A opção do governo Reagan de não retaliar o Brasil em função das divergências na Informática ajudou a melhorar o clima, atesta. "Vejo com otimismo a acomodação das divergências e a fixação de um *modus vivendi* entre as partes".

O relaxamento das tensões não sofreu alterações com o episódio Mellon, embora Veirano admita "surpresa" pela atitude do Banco Central pouco antes do reinício das reuniões com o Clube de Paris e, mais tarde, com os bancos privados. "Uma renegociação bem sucedida indicaria aprovação dos banqueiros à política econômica do governo Sarney e certa confiança no futuro".



Ronaldo Veirano

profetiza o presidente da Câmara Americana. Os desdobramentos seriam a retomada dos investimentos estrangeiros no país, concessão de novos empréstimos e transformação de financiamentos em capital de risco. O otimismo de Veirano aponta uma próxima negociação de empresas estrangeiras com o Banco Central para reduzir o que considera poder discricionário do órgão para interpretar a Lei de Remessa de Lucros.

Apenas tática

Simões acredita que o fechamento do escritório de representação do Mellon Bank no Brasil é apenas um movimento tático do governo antes do início das negociações com banqueiros estrangeiros. "Tem o mesmo papel da greve geral de 12

de dezembro, que foi o de mostrar aos membros do Clube de Paris os riscos inerentes ao descontentamento popular no país", interpreta, sem entrar no mérito da decisão governamental. Os resultados futuros não são previsíveis, acrescenta Simões. "Tanto pode provocar a solidariedade dos outros bancos e um endurecimento coletivo dos credores, quanto levar à conciliação destes com o Brasil em busca da preservação dos ativos".

O panorama político-econômico brasileiro atingiu tamanha confusão que, na avaliação deste sócio da Price Waterhouse (firma com 25% de clientes estrangeiros) soluções parciais aumentam as dificuldades do país. "Na informática, a reserva de mercado leva a empresa estrangeira a optar pela associação com firma brasileira, que paga à multinacional pela tecnologia. Esse dinheiro acaba sendo remetido para o exterior, agravando o balanço de pagamentos do país". Simões não defende a mudança da Lei de Remessa de Lucros, mas uma interpretação coerente com o espírito da lei, e a menor taxa ao investimento de risco, que hoje sofre mais o rigor do Imposto de Renda do que o pagamento dos juros da dívida.

Adiar a renegociação

Souza Lima observa que os latifundiários e banqueiros brasileiros impuseram à Nova República um comportamento conservador, a "inclinação conservadora" do regime, que enfraqueceu o poder de barganha no *front* externo. "É por isso que os banqueiros internacionais querem fechar logo um acordo, porque ele seria ruim para o país", interpreta o diretor do IRI-PUC. Mesmo que o acordo seja concluído antes da posse dos novos governadores, ele acredita que não será respeitado, porque estes governadores e a maioria do recém-eleito Congresso, também Constituinte, defendem a decisão soberana de limitar a remessa de juros a algo como 2,5% do PIB. "Será a última grande oportunidade do PMDB, que derrotou os conservadores nas urnas, de levar o país do autoritarismo à democracia".

O diretor do IRI-PUC garante que nunca como hoje as opções de política para o governo ficaram tão claras. "Ou transfere-se anualmente 12 bilhões de dólares para pagar juros e arrebenta-se o país, ou se transfere menos e aplica-se essa diferença de dinheiro internamente. Os conservadores devem ser afastados do governo para que a economia cresça e sejam criados mais empregos. Esta política favorecerá também o capital estrangeiro radicado no Brasil, que se beneficiará da expansão da economia", prevê Souza Lima.